

Instituto da Segurança Social, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Aviso n.º 18094/2010

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 153 postos de trabalho na carreira técnica superior dos mapas de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

Através do aviso n.º 12267-A/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 132, de 10 de Julho de 2009, Parte C, foi aberto procedimento concursal comum para o preenchimento de 153 postos de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, para os mapas de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P..

Ao abrigo e nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e por motivo de aposentação, procede-se à alteração da composição do júri, substituindo-se o 1.º vogal suplente.

O júri terá, assim, a seguinte composição:

Presidente — Ana Cristina Ferreira Ramos Ferreira, técnica superior.

1.º Vogal efectivo — Maria Ivone Monteiro, técnica superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal efectivo — Paulo Manuel Carreiro Macedo, técnico de justiça adjunto.

1.º Vogal suplente — Pedro Miguel Gomes Sanches, técnico superior.

2.º Vogal suplente — António Manuel Batista Santinha, técnico superior.

Nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, a alteração na composição do júri não afecta, nem compromete as operações do procedimento já efectuadas.

26 de Agosto de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

203671693

Aviso (extracto) n.º 18095/2010

Por despacho de 30 de Agosto de 2010 do Vogal do Conselho Directivo e após procedimento concursal, foi autorizada a celebração de contrato por tempo indeterminado para o exercício de funções públicas com Mafalda Cristina Januário Vieira, para ocupação de um posto de trabalho na categoria e carreira de Técnico Superior, posição remuneratória 5, no mapa de pessoal deste Instituto — Centro Distrital de Santarém, aprovado nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, com efeitos ao dia 1 do mês seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

3 de Setembro de 2010. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

203669677

Aviso (extracto) n.º 18096/2010

Por despacho de 30 de Agosto de 2010 do Vogal do Conselho Directivo e após procedimento concursal, foi autorizada a celebração de contrato por tempo indeterminado para o exercício de funções públicas com Maria Luísa Duarte Azinheira Mota Ferreira, para ocupação de um posto de trabalho na categoria e carreira de Assistente Técnico, posição remuneratória 3, no mapa de pessoal deste Instituto — Centro Distrital de Santarém, aprovado nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, com efeitos ao dia 1 do mês seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

2010-09-03. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

203669847

Aviso n.º 18097/2010

Por se constatarem desconformidades que inviabilizam as operações do Procedimento Concursal Comum com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria e carreira de técnico superior, do mapa de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto da Segurança Social, I. P. — Referência DRH/TS/126/2010, aberto pelo Aviso n.º 17367/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 171 de 2 de Setembro, pp. 45841, 45842 e 45843, procede-se à sua anulação.

As candidaturas já entradas no âmbito deste procedimento concursal não serão consideradas.

03-09-2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

203670323

Aviso n.º 18098/2010

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal dos Serviços Centrais — Instituto da Segurança Social, I. P.

Referência DRH/TS/126/2010

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 50.º, do n.º 2, do artigo 6.º e da alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e dado não existir ainda reserva de recrutamento quer junto da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, quer no Instituto de Segurança Social, I. P., torna-se público que, por deliberação do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social, I. P., de 21 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 posto de trabalho, na categoria e carreira de técnico superior, do mapa de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Ao presente procedimento é aplicável a tramitação prevista no artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, regulamentada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Posto de trabalho sujeito a contratação:

1 — Posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, a afectar à Unidade de Gestão de Atendimento dos Serviços Centrais.

3 — Caracterização do posto de trabalho:

Levantamento de informação junto dos Centros Distritais e tratamento da mesma, de acordo com os critérios previamente definidos. Acompanhamento da implementação do Sistema de Informação e Gestão do Atendimento (SIGA) em todos os Serviços de Atendimento. Atualização da caracterização da rede de atendimento, em termos de instalações.

Monitorização dos objectivos da Unidade inscritos em PAISS (Plano de Acção do Instituto de Segurança Social). Articula com as áreas de atendimento dos Centros Distritais com o intuito de garantir atempada resposta à AMA (Agência para a Modernização Administrativa), no âmbito das Lojas do Cidadão. Tratamento e resposta às solicitações relacionadas com os indicadores do atendimento

4 — Local de trabalho: na área geográfica de intervenção do Serviço enunciado no ponto 2 da presente publicitação.

5 — Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou encontrar-se em situação de mobilidade especial e possuir os requisitos enunciados no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a saber:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6 — Requisitos especiais de admissão: Licenciatura na área de Gestão, não existindo a possibilidade de substituição de nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

7 — Não serão admitidos os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço idênticos aos postos de trabalho cuja ocupação se pretende com o presente procedimento concursal.

8 — Posicionamento remuneratório: De acordo com o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — Sob registo e com aviso de recepção, em envelope com a indicação exterior “Referência DRH/TS/126/2010”, dirigido ao Departamento de Recursos Humanos do ISS/IP, sito na Alameda D. Afonso Henriques, 82, 1049-076 Lisboa, devendo a sua expedição ocorrer até ao termo do prazo fixado para entrega de candidaturas, findo o qual não serão as mesmas consideradas;

9.2 — Poderá também ser entregue pessoalmente, com a indicação “Referência DRH/TS/126/2010” na Equipa de Expediente e Apoio do